

## Naturalização do sistema binário sexual: Masculino x Feminino

**Autoria:** Julya Martinez Carrato e Nayane de Castro Santos \*

O universo social é constituído por inúmeras simbologias, as quais os indivíduos, como frutos desse meio, incorporam, ao mesmo tempo em que, inconscientemente, as constroem. Os elementos que imperam e formam a sociedade são consequências de construções históricas, que devido a sua extensão, são vistos hoje como naturais. É o caso da divisão entre os sexos, e da distinção entre o ser masculino e o feminino, definidos como extremos, assim como alto e baixo, forte e fraco.

A necessidade de definir os sujeitos, vistos como cultural e historicamente constituídos, foi uma preocupação do pensamento iluminista, que objetivava encontrar justificativas que explicassem a “inferioridade político-jurídico-moral da mulher” (CARRIERI; SOUZA, 2010, p.50).

Homens e mulheres possuem diferenças biológicas claras, principalmente, no que diz respeito aos órgãos sexuais. No entanto, muitos cientistas usam dessa diferença para justificar a desigualdade entre os gêneros: o masculino é, assim, sempre caracterizado como um ser forte e viril enquanto a mulher é o sexo-frágil. De acordo com Souza e Carrieri (2010), o masculino e o feminino não podem e nem devem ser tratados como naturais, já que são constituídos historicamente através de relações de poder. Essas atuam como dispositivos de controles em relação à sexualidade das pessoas. Além da sexualidade, o trabalho é visto como dispositivo que organiza a vida social.

Essa divisão artificial do ser humano em dois sexos acarreta o surgimento do conceito de gênero, que remete às relações sociais estabelecidas desde o momento da percepção das diferenças biológicas entre os sexos. O gênero, o sexo e a sexualidade são encarados como uma tríade, em que há uma relação causa-efeito: o sexo define o gênero que define a sexualidade.

A definição de gênero produz a delimitação de aceitação apenas para a heterossexualidade. Aqueles que não se enquadram no que foi normalizado e instituído findam nos polos marginalizados e tidos como minoria.

O comportamento autenticamente masculino é resultado de complexas elaborações culturais, entre as quais se destacam a formação do Estado nacional, com a criação de exércitos em que disciplinar e brutalizar os agentes eram processos recorrentes. Aqueles que participavam do exército também deveriam demonstrar devoção ao país, e isso se valia pela virilidade e por atos de coragem (havia uma imbricação entre militarização, nacionalismo e masculinidade).

Desde o período feudal, onde os duelos eram associados à honra e à coragem, até o fim da Segunda Grande Guerra (estabelecimento da Guerra Fria), o homem era idealizado como guerreiro viril. Há, no entanto, um falso paradoxo na caracterização do masculino, que de um lado deve apresentar comportamento heroico tosco, rude, bárbaro e selvagem e, de outro, se aproximar do responsável, comedido e autocontido homem burguês moderno.

...os executivos de grandes empresas são os responsáveis e comeditos chefes de departamentos, continuamente instado a terem um espírito empreendedor e a tomarem atitudes de risco, valorizando a agressividade e a ousadia empresarial. Mesmo nas instituições militares, sempre foi valorizado um ideal de autocontrole, no sentido de transformar os recrutas em soldados obedientes e disciplinados. (OLIVEIRA, 2004, p.44)

A ascensão da burguesia trouxe novos valores, como o pragmatismo dos negócios e o culto à ciência metódico-racional.

A religião se incumbia, principalmente, de promover a moralidade tipicamente burguesa, enquanto o exército e os esportes cultivavam valores masculinos para a educação da

\*Estudantes de Administração da FACE/UFMG e bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) Administração.

virilidade. (OLIVEIRA, 2004, p.49).

O casamento veio, então, como forma de manter esses valores. Dessa forma, uma sociedade dita como saudável é aquela onde a mulher deve ser extremamente feminina e o homem extremamente masculino. Ser feminina é ser dócil, recatada, o oposto do masculino. Assim, enquanto o homem vai às ruas, a mulher deve se manter em casa cuidando do lar.

A sociedade define não apenas as relações como também, do mesmo modo, os órgãos sexuais. A anatomia feminina é então uma justificativa do estado social que é imposto à mulher: "a vagina como um falo invertido" (OLIVEIRA, 2004, p.23). Em outras palavras, como o órgão masculino é "para fora", o modo de se portar do homem deve ser aberto e descontraído, ao mesmo tempo em que, como o da mulher é "para dentro" (negativo), ela deve se manter recatada, sem se expor.

A opressão e subordinação feminina podem ser explicadas pela teoria de Marx, uma vez que as mulheres são consideradas uma força de trabalho reserva para o capitalismo. Elas fazem o trabalho doméstico (e com isso deixam os maridos satisfeitos para mais um dia de trabalho) e são parte chave no processo de reprodução da força de trabalho. Assim sendo, geram mais-valia para o sistema capitalista.

O sistema de parentesco, abordado por Engels, explica como nascem os tabus de incesto e como a mulher pode ser vista como mercadoria. O "comércio social" (casamento) é aquele em que a mulher é tida como um "presente" e o seu pai ganha algo em troca. Os beneficiados nesse comércio são os homens: seu pai ganha algo (seja dinheiro ou produtos) e o marido ganha uma esposa, que lhe "servirá" sexualmente, fará as tarefas de casa e lhe será obediente. Os desejos da mulher sempre ficam em segundo plano. De acordo com Rubin (1993, p.12) "Se os imperativos biológicos e hormonais fossem tão subjulgantes quanto a mitologia popular o apresenta, seria praticamente desnecessário assegurar as uniões heterossexuais por meio de uma interdependência econômica."

O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. Primeiro pelo contrato de casamento entre seu pai e mãe (ou o pai da mãe, em um contrato entre homens), e depois pelo contrato de casamento (contrato sexual), que dá "direito" ao seu marido. A mulher sempre é subordinada a

um homem, primeiro a seu pai, depois a seu marido.

"O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza" (PATEMAN, 1993, p.35). Sendo assim, as mulheres são objetos do contrato entre homens: elas são "obrigadas" a acatar o que fora acordado entre eles e esquecer de seus desejos e anseios pessoais, para servir ao desejo do homem (seu marido).

Essa relação binária (ou é homem, ou é mulher; ou é heterossexual, ou é homossexual) fragmenta e coloca em evidência aquele ser que é superior e aquele que é inferior, diferenciando qual é o papel social de cada um. Deste modo, há a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo de acordo com o papel social que é exercido por cada um. Assim, a oposição binária do masculino/feminino deve ser erradicada, uma vez que essa definição já estabelece o dominante e o dominado. O polo masculino contém o feminino, assim como o feminino possui o masculino, porém esses desejos e afetos são amplamente abafados e ignorados por grande parte da sociedade.

A mulher é vista como um ser invisível devido à execução do trabalho doméstico e, na maioria das vezes em que ela trabalha, é designada para atividades de apoio e auxílio. O caráter político do movimento feminista visa, portanto, a mudança de tal realidade de associação com as mulheres.

O feminismo, como movimento social organizado é datado do século XIX, no ocidente. A primeira onda do feminismo ocorre com o "sufragismo" (direito do voto às mulheres), que tinha como perfil as mulheres brancas de classe média. Já a segunda onda (1960) busca construções mais teóricas, a partir da problematização do conceito gênero.

Os argumentos utilizados em virtude das relações sociais são os de que a distinção biológica (sexual) justifica a desigualdade social. No entanto, não se pode afirmar isso: ao contrário, é a forma como as características sexuais são representadas e valorizadas que levam a essa situação.

É no âmbito das relações sociais que se constroem o gênero e a maneira como ele deve ser representado na prática social. O gênero deve ser entendido como parte da identidade do sujeito (que está sempre em construção) e não o papel que ele deve exercer. Essas identidades são múltiplas e frequentemente mutáveis.

**Sugestão de Leitura**

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 936 p.  
BERGER, P. L; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 247 p.

**Bibliografia:**

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma Perspectiva Pós-estruturalista**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. Cap. 1 – A emergência do gênero

SOUZA, Eloísio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A Analítica Queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero** (Edição Especial Temática sobre Diversidade e Inclusão nas Organizações). **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, v. 11

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1 – Uma Imagem Ampliada.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. Cap. 1 – Macho Divinizado.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Cap. 1 – Fazendo contratos.